



SINOPSE SINTIUS

INFORMATIVO DIÁRIO DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS

01/11/2019

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Comissão modifica auxílio-doença

Uma comissão mista do Congresso deu aval nesta semana para que o pagamento de auxílio-doença a trabalhadores afastados por mais de 15 dias vire responsabilidade das empresas. A mudança na regra tem apoio do Governo. Para passar a valer, a nova regra precisa ser votada nos plenários da Câmara e do Senado até 3 de dezembro.

O repasse do benefício atualmente é feito pelo INSS, mas o Congresso quer mudar a regra e eliminar o risco de o empregado ficar sem salário à espera de uma perícia. Além de simplificar o processo, a medida pode abrir um espaço de R\$ 7 bilhões no teto de gastos do Governo Federal, mecanismo que limita o avanço das despesas à inflação, num momento em que a equipe econômica busca alternativas para desafogar os investimentos em 2020.

A mudança foi incluída no texto da Medida Provisória (MP) 891, que torna permanente a antecipação da primeira parcela do 13º salário de aposentados para agosto de cada ano. Hoje as empresas pagam o salário quando o afastamento dura até 15 dias. Depois disso, a cobertura é do INSS, mediante perícia médica para verificar o tempo necessário da licença. O problema é que a espera pela perícia chega a 40 dias e o empregado fica sem receber a remuneração.

Leia mais: Jornal A Tribuna – 01/11/2019

Taxa de desemprego no País cai para 11,8%

A taxa de desocupação no Brasil fechou o trimestre móvel encerrado em setembro em 11,8%, uma leve queda em relação tanto ao trimestre anterior, finalizado em junho, quando 12% da população estavam sem trabalho, quanto ao trimestre que acabou em setembro do ano passado (11,9%). Os dados foram apresentados na manhã desta quinta-feira (31), no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e fazem parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

O contingente de desocupados soma 12,5 milhões de pessoas, uma diminuição de 251 mil pessoas. Já a população ocupada atingiu 93,8 milhões, um aumento de 459 mil pessoas. A população fora da força de trabalho permaneceu estável, com 64,8 milhões de pessoas. Já a taxa de subutilização ficou em 24%, uma redução de 0,8 ponto percentual em relação ao trimestre anterior, somando 27,5 milhões de pessoas que gostariam de trabalhar mais horas do que atualmente, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

DESALENTADOS.

A população desalentada, que são aquelas pessoas que desistiram de procurar trabalho no Brasil, soma 4,7 milhões de pessoas, um recuo de 3,6%.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 01/11/2019

Trabalho sem carteira bate novo recorde

A informalidade continua batendo recordes no mercado de trabalho brasileiro, informou o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). De acordo com o instituto, 11,8 milhões de pessoas estão sem carteira de trabalho assinada no setor privado, um crescimento de 2,9% (338 mil pessoas) com relação ao trimestre encerrado em junho, enquanto os trabalhadores por conta própria atingiram 24,4 milhões de pessoas, alta de 1,2% (293 mil pessoas).

Ambas as marcas são novos recordes na série histórica, segundo o IBGE. "Temos mais pessoas trabalhando nesse trimestre, mas a questão é a qualidade dessa forma de inserção informal", disse a analista da pesquisa, Adriana Beringuy. Os aumentos também são vistos na comparação com o mesmo período de 2018. A alta foi de 3,4% (384 mil) entre os trabalhadores sem carteira assinada, e 4,3% (1 milhão) com os que estão por conta própria.

No trimestre encerrado em setembro, 38,8 milhões dos trabalhadores são informais, ou 41,4% do total. Por conta da informalidade, a população ocupada registrou um recorde na série histórica que teve início em 2012: 93,8 milhões de pessoas. Desse total, 33,1 milhões têm carteira assinada, apresentando estabilidade, segundo o IBGE. A taxa de desocupação caiu de 12% para 11,8% na passagem do trimestre que teve fim em junho para aquele terminado em setembro. Também houve estabilidade na comparação com o mesmo trimestre de 2018, que registrou 11,9% de desocupação. Segundo a analista, a queda na taxa é comum nos meses de setembro. "É típico do mercado de trabalho", apontou Beringuy.

Leia mais: Jornal Diário do Litoral – 01/11/2019

Rombo da Previdência custa 19 vezes mais com cada militar do que com civil

Auditoria do TCU (Tribunal de Contas da União) revelou que o governo federal gasta em média 19 vezes mais para subsidiar o rombo da "aposentadoria" de um militar do que a de um funcionário privado, do RGPS (Regime Geral de Previdência Social). O levantamento "Panorama do Sistema de Previdência Social do Brasil" afirma que o governo gastou, com subsídios no ano todo de 2018, R\$ 6.447 por aposentado civil do setor privado. Entre os militares, esse valor médio do rombo atingiu R\$ 121.677.

Com servidores públicos, o gasto médio com o déficit foi de R\$ 69.528 por pessoa. Na média de todos (civis, militares, privados, públicos), o governo gastou R\$ 11.415 per capita (por pessoa) em 2018 para cobrir o rombo. Em 2018, a previdência dos militares teve R\$ 2,3 bilhões em receitas, mas as despesas foram de R\$ 46,2 bilhões.

Entre os aposentados e pensionistas do RGPS, a receita do ano passado ficou em R\$ 391,1 bilhões, enquanto os pagamentos de benefícios consumiram R\$ 586,3 bilhões. Apesar de ser o setor que mais onera em termos percentuais o erário, os militares não entraram na reforma da Previdência aprovada pelo Senado. Eles terão uma reforma à parte.

Déficit acumulado

O documento do TCU traz uma série de dados e análises sobre os regimes público e privado, seja federal, estadual, distrital e municipal; civil e militar. O levantamento diz que o subsídio aos déficits dos regimes previdenciários e do BPC (Benefício de Prestação Continuada) foi de R\$ 450 bilhões em 2018. Ainda segundo o texto, a estimativa de economia da reforma da Previdência não deve passar de cerca de R\$ 810 bilhões. "Melhora o cenário, mas trata menos de 20% do problema", registra o documento. "Mesmo que se reduzisse o universo do déficit projetado apenas para os regimes previdenciários da União, o montante estimado para dez anos seria de déficit de mais de R\$ 3,4 trilhões."

Fonte: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/10/31/relatorio-tcu-subsidio-federal-previdencia-militar.htm>